

CIDADE: ORIGEM E BUSCA POR SUA (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

**Maria Deuceny da Silva Lopes Bravo Pinheiro¹, Paulo César Mendes Glória²,
Valéria Venturini Rezende Mendes Glória³.**

¹ Doutora em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Professora da FACCACI e FDCI, deuceny@yahoo.com.br.

² Mestre em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/PROURB, coordenador e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade América – Unidade Cachoeiro, pelacidade@gmail.com.

³ Especialista em Arquitetura e Cidade pela UniLeya, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade América – Unidade Cachoeiro, valeriarvrmg@gmail.com.

Resumo - Este artigo apresenta os modelos e formas de conceituar a cidade, traçando a história de sua formação. Partindo da premissa da cidade como espaço democrático e inclusivo para ser desfrutado igualmente por todos que nela habitam e vivenciam seu cotidiano, através de uma revisão bibliográfica, destacamos sua importância na organização e modo de vida das pessoas, em diferentes tempos e contextos, destacando como a influência dos fatores sociais, políticos e econômicos que marcaram sua configuração conferiram-lhe uma relação de pertencimento e identidade com esse território. Concluímos ressaltando a necessidade de reconstruir a imagem de uma cidade que foi dilacerada e, assim, recuperar seus preceitos básicos, com a consequência da redenção de sua unidade global.

Palavras-chave: História das Cidades; Modelos e formas; (Re)construção identitária da cidade

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

1 INTRODUÇÃO

Hoje podemos olhar para as cidades como aglomerados de milhares de pessoas muito diversas na sua condição econômica, social, cultural e sujeitas a modos de vida distintos, porém marcadas por imaginários comuns que lhes possibilitam o sentimento identitário agregador. Assim, a cidade traduz-se num sentimento coletivo e apela a uma pertença comum. É real que hoje também gostemos de pensar na cidade como um espaço democrático e inclusivo, a ser usufruído equitativamente por todos aqueles que nele habitam e vivem o seu cotidiano, nomeadamente porque é nesse espaço que se encontram os registros das experiências vividas em diferentes épocas e contextos que tornam esse espaço um direito de desfrutar da memória coletiva. Esse direito advém da necessidade de pertença a algo, que transcende o indivíduo, e da conveniência de criar laços que estabeleçam a necessária coesão entre si, tanto mais, quanto podem ser de diferentes origens e de diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, fazemos uma revisão da literatura apresentando os modelos e formas de conceituar a cidade, percorrendo o histórico de sua formação, buscando com esses conceitos fundamentar a premissa da cidade como um espaço democrático e inclusivo a ser usufruído equitativamente por todos aqueles que nela habitam e vivem o seu cotidiano. Evidenciamos sua importância na organização e no modo de vida das pessoas, em diferentes épocas e contextos, e como a influência dos fatores sociais, políticos e econômicos que marcaram sua configuração, conferiram-lhe unidade e referência identitária. Ao apresentar as transformações políticas econômicas e sociais sofridas por esse espaço ao longo da história, expressamos a necessidade de reconstruir sua imagem que se encontra dilacerada e resgatar seus preceitos básicos - pelos contributos que oferecem ao processo educativo - e, como consequência, à unidade global, notadamente porque a riqueza de sua

história e de seus espaços nos remete para a construção de alternativas sustentáveis sobre a forma de ser e estar neste mundo.

2 COMPREENDENDO A HISTÓRIA DA CIDADE

As cidades registram, em vários momentos da sua história, como as sociedades construíram e promoveram a unidade estética de seus espaços, apresentando uma diversidade de estilos no seu processo de ocupação e urbanização cuja simbologia, espiritualidade e relações de poder estiveram presentes nas formas de ocupação e representação do espaço em diferentes contextos e épocas. Permeadas de uma historicidade, rica em pensamentos filosóficos, doutrinas, teorias, ciências, modos de vida, temáticas e inovações que caracterizam cada sociedade em diferentes épocas e contextos, as cidades reúnem diferentes métodos e formas de organização e ocupação do espaço urbano, com influência nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, ampliando e diversificando as possibilidades de concepções e conceitos sobre esse espaço.

Os registros históricos revelam os vários povos que trouxeram contribuições significativas para a morfologia das cidades. Dentre eles, os egípcios (2.600 A.C.), que deixaram como herança uma imagem de urbanização desenvolvida, simétrica, com construções que abstraíam e reduziam as formas geométricas estrategicamente. Uma organização urbana desenvolvida de forma linear, ao longo do Rio Nilo, apresentando uma estrutura viária hierarquizada com distribuição funcional dos edifícios, marcada pela forma monumental pela qual foram construídas as pirâmides, os pilares, os obeliscos, as fronteiras e pontos estratégicos com suas muralhas e baluartes. Uma cidade concebida nos princípios e valores espirituais, que influenciaria todas as ciências e disciplinas e seria deixada de herança para o Mediterrâneo (DELFANTE, 2000; MORRIS, 1995; PELLETIER e DELFANTE, 2000).

Essa concepção estendeu-se na Antiga Grécia, com a representação do público e da política no conceito e na morfologia das cidades. As cidades gregas clássicas tiveram sua arquitetura mais significativa em Atenas, lendária, por consagrar o gosto pela beleza e pelo pensamento (DELFANTE, 2000). Atenas apresentava uma morfologia marcada pela presença da acrópole, em destaque, acima da cidade, com funções defensivas e sagradas. A ágora representava a área comum, destinada às atividades culturais, religiosas e recreativas, um espaço livre, de expressão das ideias, da democracia - o centro da vida pública (BAUMAN, 2013; BENEVOLO, 1983; PELLETIER e DELFANTE, 2000). Apesar da estrutura política que formalmente assegurava a igualdade política a todos os cidadãos, a realidade da sociedade ateniense era marcada pela desigualdade social e econômica, pela desconsideração às mulheres, aos estrangeiros e àqueles que não tinham tempo livre para participar da vida pública, limitando as possibilidades reais de participação das diferentes categorias de seus cidadãos. Atenas caracterizava-se, assim, por um sistema pautado numa democracia política condicionada por várias limitações, nomeadamente pela situação econômica das pessoas.

A influência científica e racional no ordenamento ortogonal do território, proposta pelos filósofos, na organização da cidade, criou paisagens com qualidades orgânicas, estéticas e com zoneamento funcional, contribuindo para a regulamentação do interesse coletivo e para a modernização das cidades gregas (MORRIS, 1995; PELLETIER e DELFANTE, 2000). Apesar da forma urbana compacta, apresentavam uma arquitetura tridimensional rica, composta por santuários, teatros, ginásios e estádio, revelando o significado estético do espaço urbano, valorizado pelo discurso intelectual e pelas atividades coletivas desenvolvidas (MORRIS, 1995). Com esses princípios, as cidades gregas destacaram-se pela sua estrutura e autonomia organizacional em relação às demais, deixando um legado cultural e político para a humanidade.

Assim como os gregos, a acrópole na colina caracterizava as cidades etruscas, romanas. O plano era adaptado às condições físicas e apresentava um caráter cósmico marcado por uma estética e beleza urbana, com paisagens criadas e recriadas em torno das vivendas, com os campos mantendo uma estrutura sempre idêntica, ordenada e militarizada. Com essa concepção, a cidade se configurou numa morfologia de traçado ortogonal, rica em estética e ornamento em todas as construções, apresentando-se funcional na prestação de serviços e na malha viária (MORRIS, 1995; PELLETIER e

DELFANTE, 2000). O fórum, localizado na zona central da cidade, era um espaço sócio político que abrigava as atividades públicas e religiosas, atraindo à sua volta instalações de diversas ocupações e, ao mesmo tempo, excluindo as habitações para áreas mais distantes.

Do ponto de vista espacial, Roma foi uma cidade essencialmente igualitária. Com exceção dos palácios reais, ricos, pobres, patrícios e plebeus conviviam no mesmo espaço, vivendo em casas ou terraços. No centro estava localizado o fórum, espaço sociopolítico que abrigava as atividades públicas e religiosas, atraindo à sua volta instalações de diversas ocupações e, ao mesmo tempo, excluindo as habitações para áreas mais distantes. A maioria da população, no entanto, era formada por camponeses que habitavam as fazendas ou aldeias.

O espírito prático e jurídico na organização e no desenvolvimento das atividades, equilibrando interior e exterior, uso e necessidade, foram estratégicos na escolha do sítio adequado para construção dos campos e colônias, para a ocupação da parte leste do território, até então inexplorada, e para um urbanismo que expandiu para além das fronteiras, constituindo-se em um marco histórico significativo para a criação, administração e expansão do império romano e para tornar Roma uma cidade lendária (DELFANTE, 2000; MORRIS, 1995). A expansão do Império fez de Roma o centro social, político e cultural da época, tornando-a uma cidade cosmopolita, atraindo migrantes e desempregados. Essa centralidade resultou em muitos problemas sociais cuja ordem foi mantida através de promoção de momentos festivos com distribuição de alimentos após o espetáculo, gerando a célebre "política do pão e circo", tendo no Coliseu, seu monumento mais representativo.

Com a decadência do império romano, a formação urbana passa a concentrar-se ao redor dos mosteiros que desempenhavam as funções jurídicas, econômicas, culturais e sociais e serviam de abrigo contra os invasores, dando à cidade uma nova conotação. A cidade passa significar segurança e fortaleza interior. Diante da necessidade de defesa, as muralhas tornaram-se uma referência nas cidades medievais, seja por suas construções, de diferentes formas e tipos, seja por abrigar uma multiplicidade de estruturas urbanas crescentes, contrastantes e, por vezes, conflituosas entre os grupos sociais (BENEVOLO, 1993; DELFANTE, 2000, MORRIS, 1995). Nesse cenário, os castelos da realeza, os monumentais edifícios públicos e as torres gigantescas das igrejas e dos comerciantes sediavam o poder civil e religioso dessas cidades, abrigando uma minoria ativa da população total. À sua volta encontravam-se as habitações que foram agrupando-se e formando as comunidades autônomas, livres, independentes e autossuficientes, cujas atividades, desenvolvidas pela população, nas diversas funções, objetivavam garantir o bem-estar social da cidade (BENEVOLO, 1983; PELLETIER e DELFANTE, 2000). As instalações urbanas, limitadas e adaptadas ao espaço físico, apresentavam um plano fechado, centralizadas pelas praças que aglutinavam as atividades socioculturais, onde a modéstia e o ócio, identificados como modo de vida, eram uma versão aprimorada dos conceitos filosóficos e políticos das cidades gregas (MORRIS, 1994; PELLETIER e DELFANTE, 2000).

Com traçados orgânicos e um conjunto de paisagens arquitetônicas funcionais e institucionais, que nomeadamente garantiram sua permanência histórica, as cidades medievais tornaram-se uma referência por conseguirem articular tempo e espaço na morfologia urbana, mantendo a unidade de suas funções, permitindo diferentes percepções e registros para aqueles que nelas viviam, locomoviam-se (DELFANTE, 2000) e para aqueles que, na contemporaneidade, tentam compreender o legado histórico desse urbanismo espontâneo e anônimo.

No Renascimento, a cidade será construída, baseada nas novas concepções de estética e soluções funcionais, marcada por uma geometrização sofisticada e complexa, preocupada com a organização e a forma, pautada na teoria dos traçados, presente nas construções e fortificações; com construções pictóricas, regida pelos princípios da ciência e da arte nas criações e na concretização de um modelo de cidade ideal, derivada da concepção utópica de mundo, que marcou o século XV e XVI (BENEVOLO, 1993; DELFANTE, 2000). Nesse período, marcado pela presença artística nas construções e nas novas formas de pensar e de estabelecer relações entre a cidade e o homem, ela ganhou contornos, arte e sensibilidade, através das praças, jardins e no traçado urbano com

distribuição funcional da população, refletindo o modo citadino de viver (MORRIS, 1994; PELLETIER e DELFANTE, 2000).

As praças representam, nesse período, novas formas de pensar e de se relacionar com a cidade fazendo-se presente, ocupando várias malhas, convergindo ruas, equilibrando espaços e atraindo olhares, com suas obras proporcionais, técnicas, elegantes e pitorescas, influenciando no decorrer dos anos, a vizinhança e ganhando identidade por sua pureza no traçado e sofisticação geométrica. Os jardins e parques em volta dos palácios reais, construídos por arquitetos e jardineiros, também seguiram essa geometria e expansão. Essas criações contribuíram para o surgimento de uma minoria cultural de projetistas que personalizavam, teorizavam e partilhavam suas experiências entre si, em busca da cidade ideal, numa criação individual para uma coletividade, provocando a generalização de uma determinada cultura mais elitizada, mas que também, através de seus escritos teóricos, inovaram e deram novas orientações à concepção de cidade (BENEVOLO, 1993; DELFANTE, 2000).

A cidade pós-medieval foi ainda marcada pelo capitalismo mercantilista, com uma nova estrutura política – despotismo ou oligarquia centralizada - caracterizada pela personificação do estado nacional (MUMFORD, 1998). Esse período foi assinalado pela exploração clássica da economia colonial, decorrente das grandes navegações, modificando as concepções de mundo para os europeus, despontando muitos problemas sociais, inquietações intelectuais e científicas, provocados por uma economia capitalista, sem qualquer referência ao bem-estar da coletividade; pelo crescimento da burocracia para atender as demandas que surgiam; pelo uso desordenado do solo e pela degradação do uso dos recursos naturais.

A presença do movimento Barroco nos séculos XVII e XVIII trouxe uma nova imagem de cidade, representada por uma percepção do espaço em movimento, pela perspectiva, pela proporcionalidade e pelas novas concepções da composição espacial, presentes na exaltação das formas e na valorização dos monumentos. Esses elementos estão presentes nas construções suntuosas, ricas e luxuosas das residências, nos colégios, igrejas, museus e hospitais e também, nos jardins e nos chafarizes, com a água como elemento da paisagem (BENEVOLO, 1993; PELLETIER e DELFANTE, 2000). Com uma preocupação pelo desenho urbano alinhando e enriquecendo a composição do espaço, o Barroco irá desenvolver a cultura do olhar, manifestando novas tendências na morfologia e na construção da paisagem urbana em várias cidades europeias, dentre elas, as praças de Paris e Roma (PELLETIER e DELFANTE, 2000). O movimento barroco foi ainda caracterizado por uma nova concepção das cidades preexistentes, decorrente dos novos meios de transportes de rodas que surgiam, o que resultou no alargamento e prolongamento das ruas e na criação de avenidas com vias de tráfego, convergindo em pontos estratégicos dos largos ou praças, demarcadas pelas esculturas arquitetônicas e obeliscos (MUNFORD, 1998). A calçada nesse cenário surge como uma faixa especial para o pedestre e, assim, a cidade deixa de ser concebida para o transeunte, priorizando as carruagens que passaram a fazer parte do cenário urbano.

Os novos modos de vida, oriundos do Renascimento, marcados pelo desenvolvimento do capitalismo mercantil, da Contrarreforma e do militarismo foram significativos para o pensamento e a cultura dessa época, tanto no embelezamento da cidade, que ganhou nova configuração e novos conceitos de saneamento básico e abastecimento, como para o sistema de segurança, das obras fortificadas com seus arsenais (DELFANTE, 2000).

A partir da segunda metade do século XIX, com o liberalismo econômico, ocorreu uma revolução nos métodos de concepção e de planejamento das cidades. A ideologia revolucionária do cidadão e a ética austera republicana despontada contribuíram para sua transfiguração arquitetônica. A transformação da produção nos setores primários e secundários, originados da revolução industrial e, posteriormente, da revolução agrícola; a formação de um mercado capitalista mundial, provocando uma adaptação necessária às novas condições de produção e infraestruturas; a proliferação das periferias, imediatas ao centro, com urbanizações desordenadas, provocando a queda no mercado imobiliário; a liberalização do uso do solo, através da exploração descontrolada dos recursos naturais e o surgimento das vilas planificadas, em grande escala, com zoneamento e repartição das funções

urbanas, setorizando a cidade, foram situações vivenciadas que tiveram forte influência nas diferentes configurações de cidade do mundo contemporâneo (BENEVOLO, 1993; DELFANTE, 2000).

Assim, os primeiros anos do século XX foram marcados pelo surgimento das cidades operárias na periferia, paralelas à política de modernização dos centros urbanos, ocasionada pela especulação imobiliária e pelo desenvolvimento dos centros das cidades. As causas principais dessa nova morfologia se devem à revisão profunda ocorrida nas formas de produção da economia e ao desenvolvimento do capitalismo que trouxeram consequências diretas para as bases tecnológicas, organizacionais e sociais da cidade, tanto nos modos de produção, como na eficácia dos poderes instituídos e suas intervenções na solução dos problemas, nomeadamente, quando a economia política e jurídica, que determinam as condições de trabalho e produção, têm na presença do Estado a figura institucional e empresarial como o gerador de conflitos sociais (DELFANTE, 2000).

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela teorização sobre novas ideias e concepções de cidade e pelos relatórios dos congressos sobre o tema, em especial, a Carta de Atenas em 1933, com propostas e estabelecimento de critérios de ocupação do território, que resultou numa morfologia urbana baseada nos sistemas econômicos, nomeadamente o resultante da configuração do capitalismo e da expansão dos monopólios (DELFANTE, 2003). Desses estudos emergem uma proposta de desenvolvimento da cidade que tem como premissa quatro funções básicas - habitação, trabalho, recreação e circulação- constituindo um paradigma que irá direcionar o ordenamento e a regulamentação do uso e ocupação do solo no período pós-guerra, refletindo na adoção de uma política de zoneamento rigidamente hierarquizada e funcional, responsável por uma morfologia urbana caracterizada por espaços retangulares, mensuráveis e modulados. Esses elementos serão empregados no processo de reconstrução das cidades, com variação de formas e traçados tanto nas cidades históricas, quanto nas cidades modernas com suas novas necessidades, trazendo inovações para o centro urbano (DELFANTE, 2000; LACHE, 2011). Destacam-se nesse período os grandes conjuntos habitacionais, caracterizados por uma arquitetura estatística, composta por blocos de edifícios padronizados que deram origem aos bairros autônomos, equipados, funcionais e modernos em diferentes zonas fora do centro cidade (PELLETIER e DELFANTE, 2000). Brasília, planejada pelo arquiteto e urbanista Lucio Costa é o destaque desse período, com seus traçados de linhas retas, geométricas e simples.

Os anos de 1970 foram marcados pela planificação e composição urbana menos fragmentada, originando várias experiências de planejamento e de reestruturação das cidades, com adoção de princípios modernos, presentes na nova arquitetura, com ênfase nos espaços livres, nos espaços verdes e nas paisagens, contribuindo para o surgimento de várias cidades utópicas, de diferentes tipos, como a cidade suspensa de Friedman, as cidades em ilhas de Kenzo Tange, dentre outras, idealizadas e criadas com intuito de concretizar o sonho de uma cidade melhor (DELFANTE, 2000). A partir de 1980 ocorre a mudança política e com ela surge uma cultura voltada para a inovação, para a comunicação entre os homens, revelando o progresso econômico e social da época.

A era dos estudos urbanos, fruto da necessidade de se conhecer a cidade, sua organização, seu crescimento, suas relações internas e externas e sua essência, foi importante na reestruturação da cidade. Através dela, houve a tentativa de reconquista dos espaços ociosos, através da remodelação, com a transformação da morfologia dos traçados; da reabilitação, inicialmente nos bairros de alto valor histórico ou arquitetônico e depois naqueles que desejaram; do melhoramento do habitat, com intuito de minimizar a pobreza e a baixa qualidade de vida; da restauração, com recuperação do patrimônio público; da construção dos grandes conjuntos e dos centros das cidades, que passaram a realizar operações mistas, abrigando principalmente o setor terciário e desvinculando o Estado da produção do espaço urbano.

Das cidades planejadas, pensadas a partir de um modelo estratégico e funcional, construídas e/ou reconstruídas, esse período marca também o surgimento de novos bairros, afastados do centro da cidade, com diferentes configurações, indo desde os condomínios de luxo até as favelas no entorno de estradas. Esses fatores contribuíram para uma segregação funcional e social, nomeadamente nas cidades latino-americanas, representadas por uma estrutura urbana que nasceu de forma precária,

com serviços e equipamentos urbanos distribuídos de forma desigual pelo território. O hibridismo que sustenta as contradições, ainda entranhadas no seu processo de desenvolvimento, conferiu uma identidade diferenciada, mantida pelo eterno conflito das desigualdades sociais, responsável pelo surgimento de uma cidade com lógica própria e conflituosa por abrigar duas cidades partilhando o mesmo território: uma a deter o capital, a cultura, a inovação tecnológica, as rédeas do projeto urbano e a outra, formada pelas classes menos favorecidas a ocuparem as periferias urbanas (ABRAMO, 2007).

A cidade informal que surge, construída espontaneamente, a partir da urbanização acelerada dos anos 50, de forma precária, irregular e ilegal, foi fruto da necessidade de apropriação do espaço urbano por seus habitantes, principalmente de baixa renda. Ela assumiu diferentes configurações, comumente representadas pelos assentamentos informais, pelas vilas, loteamentos clandestinos e favelas, que ocuparam espaços irregulares, vulneráveis e inseguros, tornando-se uma paisagem comum nas cidades latino-americanas. A ocupação dessas áreas, sem estrutura físico-sanitária e com construções precárias, contribuiu para gerar problemas socioambientais e de saúde pública, provocados pelas erosões decorrentes do uso desordenado do solo. Nesse sentido, essas áreas vão formando uma cidade dentro da cidade, onde os moradores irão sofrer com a baixa qualidade dos serviços públicos prestados, com a rotulação social, com a violência, com as condições de trabalho e com baixos salários.

Apesar das políticas públicas de regularização em massa de loteamentos, ocorridas na década de 1980, paralelas às existentes da época, essas áreas representam ainda espaços ilegais, vulneráveis socialmente, complexos dentro da estrutura urbana das cidades, exigindo atenção e adoção de políticas públicas sociais mais representativas, já que o processo de violência e marginalização socioculturais e econômicas vividas por essas comunidades ainda é latente (LACHE, 2011). Elas revelam os problemas decorrentes da fragmentação do espaço, decorrente do processo de urbanização. Os centros não aglutinam mais os pontos de convívio, nomeadamente porque os grandes conjuntos habitacionais não foram planejados como parte integrante da cidade, configurando-se como ilhas isoladas com seus centros periféricos. As mudanças na troca de governo, por vezes, representam mudanças de política urbana, despertando, mais uma vez, novas formas de se pensar a cidade, em busca de soluções para os problemas que apresentam (BORJA, 2003; PELTIER e DELFANTE, 2000).

Os estudos realizados com métodos científicos, a revitalização dos centros com áreas transponíveis por pedestres, os grafismos presentes nas construções e a busca por uma funcionalidade da cidade ainda não foram suficientes para promover a integração social e econômica dessas áreas e têm se tornado um grande desafio para as políticas públicas, tanto do ponto de vista da regularização fundiária e urbanística, na promoção de um planejamento urbano que possibilite a combinação de ações econômicas, sociais, urbanísticas e ambientais no processo de reconstrução de bairros precários, quanto do ponto de vista do proprietário do lote para a comunidade beneficiada, no sentido de atender aos interesses dos moradores e às necessidades dos bairros no sentido de minimizar as condições de miséria e violência vivenciada por essa população (ABRAMO, 2007).

Políticas públicas de planejamento, gestão e intervenção dos espaços urbanos, desenvolvidas em Medellin, na Colômbia, através de um trabalho colaborativo e sistemático com as comunidades, buscando reparar os desequilíbrios sociais (DÁVILA, 2012) e o Programa "Favela Bairro", desenvolvido nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, através de um processo participativo e democrático, no sentido de promover a modernização das favelas visando à redução da pobreza urbana e exclusão social (FIORI e RAMIREZ, 2000) têm sido referências de uma política diferenciada para essas áreas. Para além da regulamentação e urbanização, a interlocução com os habitantes tem se revelado importante fator de coesão social, por agrupar e respeitar as vivências e as diferentes percepções e apropriações do espaço pela comunidade envolvida, revelando aos urbanistas possibilidades de integração social entre a formalidade e a informalidade na ocupação e apropriação do espaço por toda comunidade, na promoção de uma cidade inclusiva e democrática (BORJA, 2003).

Nesse cenário, o planejamento do solo urbano, voltado para a dinâmica capitalista, adotado até meados do século XX, contribuiu fortemente para a morfologia urbana moderna tornasse a

cidade esse agrupamento de funções heterogêneas, espontâneas ou preconcebidas, complexas em seu conteúdo, culturalmente híbridas, convivendo e partilhando espaços reais e virtuais, ambivalentes, interligados pela circulação densa, veloz e crescente, impulsionadas pelo desenvolvimento político, econômico e tecnológico. Ao introduzir uma nova dimensão espacial, evidenciada pelo desenvolvimento dos processos culturais e pela possibilidade de exploração de novas formas de vivência, a era da informação contribuiu para geração de uma cidade informacional composta e habitada por lugares físicos e virtuais, de descoberta e interação (CASTELLS, 2003). Assim, a cidade dinâmica e em permanente transformação, vai incorporando novas e diferenciadas funções, inspirando e, simultaneamente, exigindo novas formas de pensar e planejar espaços significativos (LACHE, 2011; PELLETIER e DELFANTE, 2000).

Conjuntos habitacionais, loteamentos fechados, cidades planejadas, verticalização dos centros urbanos, concentração das atividades dos serviços públicos e privados, empobrecimento, revitalização ou renovação das áreas centrais segundo interesses estratégicos, provocados pela proliferação dos subúrbios e pela ocupação da periferia a atrair atividades e serviços (DELFANTE, 2000), permite-nos visualizar uma cidade com uma morfologia diferenciada, tanto em seus contextos socioculturais, como pelos modos de uso e apropriação da paisagem urbana.

A cidade que se forma na contemporaneidade reflete os efeitos da globalização, com uma morfologia urbana composta e habitada por uma variedade de classe de bens e valores, marcada pela multiplicação e aceleração de diversos gêneros de fluxos e movimentos sem fronteiras, pelo intercâmbio e pela comercialização, agrupando uma complexidade de funções, resultantes da intensa transformação pela comunicação, facultada pela acelerada evolução tecnológica.

Se o planejamento do solo urbano, voltado para a dinâmica capitalista, adotada até meados do século XX, contribuiu fortemente para que a morfologia urbana moderna tornasse a cidade esse agrupamento de funções heterogêneas, espontâneas ou preconcebidas, complexa sem seu conteúdo, interligadas pela circulação densa, veloz e crescente, impulsionadas pelo desenvolvimento político e econômico, urge a necessidade de um planejamento democrático, com base filosófica, doutrinária e teórica, adaptada ao novo modo de vida contemporâneo, de forma a integrar os espaços comuns, contemplando a diversidade que abriga as cidades, às novas mentalidades e aos anseios dos cidadãos (BORJA, 2003; PELLETIER e DELFANTE, 2000).

A cidade desvela-se diante da qualidade da população que a constitui, mas esta também depende da visão e capacidade dos que determinam ou condicionam sua organização e cultura. A cidade tem a dinâmica que as forças sociais conseguirem imprimir, pela consequência da sua ação e em função da sua adequação às condições naturais e tecnológicas disponíveis.

Tem-se, no presente, uma cidade com suas fronteiras dilatadas, potencializadas pela dinâmica dos movimentos migratórios, principalmente porque a mobilidade passou a fazer parte do processo contemporâneo de desenvolvimento social das cidades e, também, da sua diversidade étnica e cultural, descortinando novas possibilidades e permitindo novas maneiras de viver, de ter identidade e pertencimento coletivo. O novo e veloz modelo de circulação liga as cidades em rede, independente da distância e dimensão dos lugares, seja na área da comunicação, seja na malha viária, num processo que simultaneamente aproxima os lugares e distancia o homem das relações interpessoais, refletindo a racionalidade urbana (CASTELLS e BORJA, 1996). O ritmo acelerado contra o tempo reduzido, marcado por uma obsessão pelo tempo, pela rotina de uma sociedade que busca sempre por novas tendências, por vezes pouco duradouras e instantâneas, acaba por criar novos padrões e novas formas de adaptação da vida cotidiana, gerando falta de identidade e de vínculos com o lugar, já que os referenciais encontram-se diluídos no espaço da metrópole e nas suas formas urbanas em constante mutação.

O desenvolvimento das tecnologias também contribuiu para esse processo. A velocidade e a abrangência das informações que circulam, e a forma pela qual elas aglutinam o real com o virtual, criaram alternativas de entretenimento e interação das pessoas com o espaço (BAUMAN, 2009). Apesar das críticas, a tecnologia encurtou as distâncias, facilitou as relações sociais e rompeu com as barreiras físicas e geográficas, reconstruindo os conceitos de tempo e espaço. Ao introduzir uma nova

dimensão espacial, evidenciada pelo desenvolvimento dos processos culturais e pela possibilidade de exploração de novas formas de vivência, a era da informação contribuiu para gerar uma cidade informacional, composta e habitada por lugares físicos e virtuais, de descoberta e interação (CASTELLS, 2005). Assim, a cidade, dinâmica e em permanente transformação, vai incorporando novas e diferenciadas funções, inspirando e, simultaneamente, exigindo novas formas de pensar e planejar espaços significativos.

Mais que um espaço geográfico, independente do tamanho, configuração e densidade populacional, a cidade não é um organismo isolado. Com seus traçados de ruas, bairros, avenidas e rodovias, ela faz parte de um conjunto de outras cidades, constituindo-se polo aglutinador de pessoas e serviços, de trabalho e lazer, de dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais, com um cotidiano próprio que revela o panorama vivo de suas relações e a faz permanecer e renascer em diferentes épocas e contextos. Por mais complexa que seja a cidade, ela traz, em seu âmago, registros marcantes, construídos e vivenciados ao longo da história pessoal, social e coletiva do indivíduo, o que amplia o leque de concepção e de imagem que os atores fazem desse espaço (ALDEROQUI, 2002; BORJA, 2003).

Nesse sentido, reconhecer e valorizar o papel dessa identidade individual, comunitária e coletiva dos cidadãos, através da participação democrática e do direito ao acesso às políticas públicas (HANSOTTE, 2005), potencializa as atividades culturais e educativas existentes dentro da cidade, nomeadamente porque o cidadão estará diante de um espaço que ele ajudou a construir, onde fragmentos de sua memória individual e coletiva encontram-se ali representados, não lhe causando estranhamento nem alienação (SANTOS, 1998). Assim, esse espaço coletivamente construído, mais que uma utopia, representa a possibilidade de um melhor convívio social e de pertença coletiva.

3 CONCLUSÃO

A transformação vivenciada pela sociedade, em seu espaço urbano, em seus costumes e consequentemente em seus espaços públicos, revela as formas pela qual durante tempos a casa se fechou para a rua, de como o espaço público foi se esvaziando de questões coletivas e se eximindo da função de lugar de encontro e diálogo sobre problemas privados e questões públicas. A construção histórica de proteção e de controle das cidades trouxe como consequência o medo, uma aguda e crônica experiência de insegurança, alterando a vida social e interferindo no comportamento e no cotidiano do cidadão (BAUMAN, 2009). Nessa incongruência, as cidades cuja concepção envolvia segurança de seus habitantes, encontram-se hoje cada vez mais associadas ao perigo, onde as casas, escolas, os equipamentos públicos e privados vivem atrás de muros e grades, evitando a rua.

Se os gregos foram capazes de criar a democracia a partir do momento que descobriram que a ordem social não era ditada pelos deuses, mas construída pelos homens, vislumbrando com isso a possibilidade de construir uma sociedade cujo destino não estivesse fora dela, mas nas mãos de todos que dela participavam, também nós, ao refletirmos sobre as mudanças na ordem política, econômica e social, ocorridas ao longo do processo de transformação das cidades, podemos vislumbrar a possibilidade de alterar os destinos de nossa cidade, evitando o esvaziamento do espaço público e nosso enfraquecimento enquanto sujeito histórico autônomo.

Diferente da cidade ideal, a cidade real representa o espaço político e administrativamente construído, com uma morfologia marcada pela complexidade de traçados, que, por vezes agrupa ou exclui funções e atividades, bens e serviços, tornando esse espaço potencialmente didático, com diferentes leituras e interpretações. Seja por estar sempre em crise, seja por representar um labirinto de indagações e de novos direitos na construção de um espaço mais interativo, articulado e comum para aqueles que o usufruem (BORJA, 2003). Nesse sentido, é preciso que esse espaço seja (re)construído por políticas públicas mais ambiciosas, inclusivas, agregadoras e participativas, assentadas numa intencionalidade educativa que elevem as competências sociais e sejam capazes de reduzir a vulnerabilidade estrutural que vivenciamos.

4 REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. **A cidade COM-FUSA**: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 9(2), 25-54. 2011. doi:10.13061/rbeur.v9i2.181
- Alderoqui, S. La ciudad: Un territorio que educa. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 38, p. 153-176, jan./jun. 2003 Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18619/11993>> Acesso em: 10 jun.2014.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.
- BENEVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.
- BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza, 2003.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In Manuel Castells e Gustavo Cardoso (Orgs.). **A sociedade em rede**: do conhecimento à acção política (pp.17-30). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.
- CASTELLS, M E BORJA, J. **As cidades como atores políticos**: novos estudos. (45) 152-166, 1996. Disponível em: <<http://www.acsmce.com.br/wp-content/uploads/2012/10/AS-CIDADESCOMO-ATORES-POL%C3%8DTICOS.pdf>>
- DÁVILA, J. D (comp.) **Mobilidad urbana y pobreza: Aprendizajes de Medellín y Soacha, Colômbia (pp.9-15)**. Medellin: Universidad Nacional de Colombia, 2012.
- LACHE, N. M. **Enseñar la ciudad, alternativa espacial para la formación** 16 (1) 53-71, enero - junio, 2011. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/40256/1/articulo3.pdf>>
- MORRIS, A. E. L **Historia de la forma urbana desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial**. 5.ed. Barcelona, Gustavo Gili, 1995.
- MUMFORD, L. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PELLETIER, J. & DELFANTE C. **Cidades e urbanismo no mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.